



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 18 - 2013/2017**

**Data da Sessão :** 30 de Novembro de 2016

**Início da sessão:** 10:00 horas

**Términus da Sessão:** 14:30 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Manuel Marques Dias, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Pedro Manuel Marques Jana, José Casimiro Pereira, José Maia Marques, António Cardoso Lopes, João de Matos Filipe, António Vicente Alves Reis, Manuel Luis Matos Cristovão , Célia Maria Mendes Rodrigues, Afonso Matias, José da Silva Delgado, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

**Faltas Justificadas:**, Duarte Filipe B. Matos, Luís Filipe Aparício Lopes, Vítor Manuel Rosado Agostinho e António Manuel Tavares Martins

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta n.º 18 - 2013/2017  
30 de Novembro de 2016**

-----**INICIO**-----

--- Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas , reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação da proposta de abertura de Procedimento Concursal para o cargo de Direcção Intermédio de 2º Grau.**
- 3) Discussão e votação da proposta de abertura de Procedimento Concursal para o cargo de Direcção Intermédio de 2º Grau – Composição do Júri.**
- 4) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “Concessão da Exploração do Bar do Cine Teatro de Mação”.**
- 5) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga”.**
- 6) Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**
- 7) Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2017.**
- 8) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2017.**
- 9) Discussão e votação de autorização da realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “Adaptação de Edifícios Industriais Existentes a Ninho de Empresas / Centro de Negócios de Mação”, Proc. 2349/2016 do Tribunal de Contas.**

**10)Discussão e votação de autorização da realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “Requalificação do Acesso Sul a Mação”, Proc. 2229/2016 do Tribunal de Contas.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe Matos Marques, António Manuel Tavares Martins, que justificaram a sua falta em devido tempo, tendo sido substituídos respetivamente pelos vogais José Casimiro Pereira e Afonso Matias. Faltou ainda o vogal Vitor Manuel Rosado Agostinho e o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa que se fez representar nesta sessão pelo vogal José da Silva Delgado.

**-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 17 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Setembro de 2016.

Seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal João Filipe apresentou a seguinte intervenção:

“Como por certo estarão lembrados, em devido tempo, fui indicado por esta Assembleia Municipal para a representar, trabalhando, no âmbito do grupo criado na CIM do Médio Tejo, entidade que faz parte da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do rio Tejo, criada pelo Despacho do Ministro do Ambiente, Nº 11/MAMB, de 19 de Janeiro de 2016.

A criação desta Comissão surgiu no seguimento das constantes agressões que o rio Tejo vinha sofrendo com as descargas poluidoras efectuadas, principalmente pelas indústrias situadas a montante da barragem de Belver, em Ortiga e que levaram mesmo a que as autarquias taganas e, muito em particular, a Câmara Municipal de Mação, requeressem ao Parlamento e fossem merecedoras da competente audição parlamentar, no decurso da qual foi possível mostrar aos senhores deputados da Comissão Parlamentar do Ambiente, a triste realidade do rio Tejo, enquanto ecossistema natural em grande e evidente risco.

Antes, em 3 de julho de 2015, já a Assembleia da República havia aprovado a Resolução n.º 103/2015, na qual é recomendado ao Governo que se investigue os “... incidentes de poluição recentemente ocorridos, bem como às condições em que empresas e outras entidades situadas ao longo do rio fazem as suas descargas...”. Na mesma Resolução também são tecidas recomendações no que diz respeito ao

estabelecimento de caudais ecológicos adequados à defesa e manutenção equilibrada dos ecossistemas taganos e à prestação do necessário apoio à Câmara Municipal de Abrantes, visando solução para o açude insuflável, garantindo a indispensável conectividade ao rio.

O processo, que agora termina com a conclusão e aprovação do esperado Relatório Final, foi moroso mas, pela nossa parte, tudo foi feito e trabalhado com as restantes autarquias (Abrantes, Barquinha e Constância), sob a liderança da CIM do Médio Tejo, com grande empenho e forte entendimento. A causa era e é nobre.

Para além das medidas prioritárias e outras já identificadas no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e a executar no âmbito daquela Região, a Comissão aprofundou questões, pormenorizou-as e recomendou a adopção das medidas que são tidas por adequadas.

Reportando-nos às dez Recomendações da Comissão que constam do Relatório Final, apresentado pelo Sr. Ministro do Ambiente, no passado dia 26, em Vila Velha de Ródão, para lá do problema puro e duro da poluição, não podíamos deixar de enfatizar a necessidade de se proceder a uma abordagem global aos problemas do rio Tejo, como indissociáveis que são e nessa linha, pelo menos, ao tentar-se a dinamização dos processos de solução para a poluição, já que estão identificadas quase na sua totalidade as entidades poluidoras e as medidas a adoptar para eliminar ou minimizar os efeitos negativos, nada disso terá sucesso se não estiverem garantidos os caudais ecológicos adequados à boa saúde dos ecossistemas. A nossa argumentação foi ouvida e está bem expresso no Relatório Final que, ou por acordo entre as partes (Governo e EDP) ou por meio legal, se doutro modo não for possível, essa reivindicação que é de todos quantos vivem do rio ou que não vivendo do rio têm consciência do crime ambiental que é praticado pela entidade gestora das barragens, vai ser satisfeita e, de vez, vamos ter o rio Tejo de volta, isto é, com água corrente.

Naturalmente que, também, o controlo (monitorização) dos caudais vindos de Espanha e a eventual revisão do Acordo de Albufeira, são realidade e possibilidade consideradas como importantes e assim mesmo constam do referido Relatório. Para tal, deverá existir uma estreita articulação entre a Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do rio Tejo e a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.

Concluída a tarefa de que fui incumbido, trago-vos esta muito curta informação, sendo que o texto completo do Relatório está disponível no site do Ministério do Ambiente : <https://www.apambiente.pt>.

Como sugestão, deixo a possibilidade do mesmo Relatório ser consultado no site da Câmara Municipal de Mação.”

Continuou referindo que este Relatório é extenso mas, na sua opinião, é muito objetivo pois foca os pontos fulcrais do problema pois o Rio Tejo está “doente” de várias coisas e só tratar uma delas não servirá para a sua “cura” e por isso considera que, os problemas do rio, deverão ser abordados numa perspetiva global.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção solicitando informação sobre se o recentemente inaugurado polidesportivo de Carvoeiro tem tido muita utilização.

Continua informando que reparou que alguns troços da EN3-12, entre a saída da A23 e Mação, que foram reparados e questionando sobre quem foi o responsável por essas reparações. Ainda sobre esta via, refere que a mesma merecia um melhoramento, relativamente ao traçado, de forma a alarga-la de forma a ser possível a introdução de bermas pois as bermas daquela via são muito reduzidas ou mesmo inexistentes.

Termina solicitando informação sobre a situação se encontra o processo judicial contra a IVECO relativamente à aquisição do autocarro de 34 lugares.

--- O vogal José Maia Marques iniciou a sua intervenção informando que, na estrada do Pereiro/Carregueira existe um aqueduto que tem um bocado de cimento que é perigoso para quem circula naquela via. Continuou, referindo que, na intervenção que foi feita na EN 3-12, junto ao eucalipto grande, ficaram cerca de 100 metros sem intervenção e nesse espaço existem alguns pequenos buracos que, com a circulação que se verifica naquela via vão ficar grandes em pouco tempo pelo que considera que os mesmos deveriam ter sido reparados. Informou ainda que tem verificado, no concelho, estão a aparecer cada vez mais pinheiros doentes, que apresentam uma cor amarelada e considera que os mesmos deveriam ser cortados. Informou ainda que, em Ortiga, junto à loja do Sr. Ribeirinho está um sinal de STOP caído no chão e à entrada da povoação de Aldeia de Eiras encontra-se um sinal tapado por uma árvore de fruto. Termina a sua intervenção referindo que, na EN 3-12, existe muito lixo nas valetas, muita quantidade e muita variedade que considera que deveria ser recolhido.

--- O vogal António Reis iniciou a sua intervenção referindo que, na sessão de Abril apresentou proposta, que foi aprovada, sobre homenagem aos Srs. Presidentes da Câmara de Mação pós 25 de Abril e dos 40 anos do Poder Autárquico e solicita

informação sobre se a Câmara tem algo programado neste âmbito. Continuou a sua intervenção referindo que entregou um pedido de informação em Junho de 2014 e posteriormente em Abril de 2015 e o mesmo ainda não foi respondido. Solicita informação sobre se o Museu Dr. João Caldo Rodrigues está integrado no Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo e onde se encontra o espólio desse Museu. Relativamente ao Programa Jovem Autarca e ao facto de ter sido apresentada somente uma candidatura, questiona a Câmara sobre se o Programa avança assim mesmo ou não, considerando que, na sua opinião, e com todo o respeito que o trabalho do jovem lhe merece, o referido Programa não deveria avançar pois não suscitou o interesse dos jovens. Congratula-se com o facto do Concelho de Mação ter sido, mais uma vez, galardoado com a distinção de Concelho Familiarmente Responsável. Congratula-se também por ter verificado que o Município de Mação melhorou bastante a sua posição no ranking nacional da transparência. Termina a sua intervenção referindo que, relativamente ao Rio Tejo e aos problemas de poluição que assolam o mesmo, se os poluidores já se encontram identificados, então deve-se aplicar a legislação em vigor para os poluidores.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção agradecendo aos membros da Assembleia que responderam de forma positiva ao convite que lhes foi endereçado para estarem presentes na apresentação pública da Avaliação Externa da Escola, no passado dia 21 de Outubro de 2016. Informa que o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação é o único do Médio Tejo a integrar a Rede de Escolas da UNESCO. Deixou convite a todos os membros da Assembleia para a Noite de Excelência, no próximo dia 16 de Dezembro, no Cine Teatro Municipal e, na qual, vão ser reconhecidos os alunos que mais se distinguiram durante o passado ano lectivo. Termina apresentando uma proposta no âmbito da comemoração dos 40 anos do Poder Autárquico. Propõe que a Câmara Municipal desenvolva um documento no qual constassem todos os executivos municipais desde o 25 de Abril de 1974, acompanhados de uma pequena nota curricular e, se possível, com as obras desenvolvidas em cada um dos mandatos e, desta forma seria produzido um documento que marcava a história do Poder Local em Mação, o que lhe parece muito importante para a história do concelho.

--- O vogal Manuel Vacas inicia a sua intervenção questionando a Câmara sobre se as viaturas de serviço da mesma possuem algum sistema de controle pois, num dia da semana passada, pelas 15:00 horas, foi encontrada uma carrinha da Câmara, escondida

a trás do lagar velho de Vales de Cardigos e o funcionário da Câmara que a conduz estava a apanhar azeitona.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que, em Aboboreira, na estrada junto ao lagar, a zona onde foi construída a muralha continua a avagar e as águas vão para as propriedades próximas danificando os terrenos e solicita que a Câmara repare aquela situação. Solicita informação sobre a questão do arranjo daquele pedaço de estrada do lagar até à entrada de Aboboreira. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre os passeios de Chão de Codes e sobre se a Câmara já tem solução para o problema da estrada entre Chão de Codes e Chão de Lopes. Termina a sua intervenção referindo que, relativamente à limpeza das bermas, tem havido um esforço por parte da Câmara nesse sentido, tendo sido limpas bermas em muitas estradas municipais mas houve algumas que ficaram por limpar, bem como o aqueduto de Chão de Codes e considera que esses casos também mereciam a atenção da Câmara e solicita informação sobre o que está previsto para as estradas que não foram limpas.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, relativamente ao conhecimento dos antigos Presidentes da Câmara e na sequência do proposto pelo vogal José António Almeida, seria também bom que houvesse um local público, na Câmara, onde estivessem colocadas as fotografias dos antigos Presidentes pois seria uma forma de quem visitasse o espaço público da Câmara tivesse conhecimento sobre quem foram os Presidentes do nosso município ao longo dos anos.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção agradecendo as intervenções. Informa que estão no seu gabinete os retratos a óleo dos três Presidentes pós 25 de Abril e os mesmos serão trazidos ao Salão Nobre para que todos os vejam. Agradece a intervenção do vogal João Filipe e relativamente ao Relatório refere que o mesmo é aquilo que se esperava apesar de ser desejável que muito mais matéria ali fosse identificada. Agradece, em nome de todo o município o trabalho que o vogal João Filipe vem desenvolvendo nesta área. Considera que se deve continuar a monitorizar de perto estas questões pois temos a certeza que não é com a apresentação do Relatório do passado sábado que os problemas se resolvem, muito pelo contrário. E isto vem de encontro ao referido pelo vogal Antonio Reis sobre o que foi feito, se os prevaricadores estão identificados. Refere que existem duas situações delicadas com as ETAR's de Ortiga, problema que continua por resolver mas a empresa Águas de Lisboa e Vale do

Tejo vai começar na segunda feira próxima a fazer pesquisa de local onde vai ser instalada a ETAR de Ortiga.

Relativamente às questões colocadas pelo vogal António Cardoso Lopes informa que, sobre a utilização do polidesportivo, o mesmo é utilizado todas as quintas-feiras pelos jovens de Carvoeiro que lá têm feito jogos de futebol e o Grupo Desportivo tem intenção de ali organizar torneios de Futsal quando as condições meteorológicas o permitirem.

No que diz respeito à ligação Mação/A23, informou que a responsabilidade das obras é das Infraestruturas de Portugal, lamenta que aquela intervenção tenha sido feita só daquela maneira, tendo sido resolvidos somente alguns problemas que a empresa entendeu mais urgentes mas que, conforme informação prestada à Câmara, não tinham verba disponível para fazer mais apesar de reconhecer que havia mais a fazer, em mais locais, como foi referido pelo vogal José Maia Marques. Em relação à melhoria do traçado e das bermas, são questões que já foram pedidas, reclamadas e identificadas mas não crê que sejam realizadas a curto prazo pois tem a ver com a dotação orçamental das Infraestruturas de Portugal.

No que diz respeito à questão do vogal José Fernando Martins sobre o problema da estrada de Chão de Codes/ Chão de Lopes, o mesmo é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e o que lhe foi transmitido foi que não está prevista a breve prazo, qualquer intervenção naquele local.

Informou que a questão do autocarro com a IVECO está em tribunal para ser resolvido desde outubro de 2012.

Relativamente ao problema na estrada Alto do Pereiro/Carregueira apontado pelo vogal José Maia Marques, informou que os serviços irão verificar a situação em concreto para se resolver.

E em relação ao lixo nas valetas informa que foi feita uma limpeza na estrada da Queixoperra e efetivamente aquilo que se encontra é algo que nos deixa a todos envergonhados, considera que deve ser feita uma acção de sensibilização junto dos munícipes e poder-se-ia também fazer uma acção de voluntariado junto da escola ou outra entidade para fazer uma campanha de sensibilização para se fazer uma recolha no Dia do Ambiente.

Relativamente a comemorações dos 40 Anos do Poder Local, a Câmara não tem nada previsto no concelho, mas pareceu-lhe interessante a proposta do vogal José António Almeida e a ANMP tem previsto um Encontro dia 10 de Dezembro, em Coimbra.



No que diz respeito ao espólio do Museu Dr. João Calado Rodrigues informa que o mesmo se encontra guardado na antiga escola secundária e há toda a intenção da Câmara e dos responsáveis do Museu no sentido de recuperar todo aquele espólio pois é uma pena que as pessoas não possam apreciar o mesmo.

Em relação ao Programa Jovem Autarca, informou que, realmente foi apresentada só uma candidatura, e que as coisas não correram como era expectável, mas a opção da Câmara, por respeito ao jovem que concorreu, foi de avançar com o projeto pois não era justo penalizar o jovem que se esforçou. Este facto faz com que todos repensemos estas questões e no porquê dos jovens não participarem.

No que concerne à questão do vogal Manuel Vacas, informa que as viaturas da Câmara não têm sistema de controle mas a sua intervenção não irá ficar esquecida e será aberto um processo de averiguações.

Relativamente à estrada da entrada de Aboboreira informou que a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo lhe comunicaram que este troço será englobado numa empreitada de obras que faltam realizar no concelho de Mação e no concelho de Sardoal, por isso vamos aguardar mais algum tempo mas se a situação se mantiver durante muito tempo teremos de tomar medidas.

Informou que a Câmara não irá construir mais passeios em Chão de Codes pois a estrada que atravessa a povoação de Chão de Codes e Chão de Lopes é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Relembra que aquela obra não foi terminada pela Câmara devido à queixa apresentada na Polícia Judiciária contra a Câmara de Mação com várias denúncias sobre várias pessoas relativamente à construção do muro e a Câmara entendeu que não devia continuar a obra enquanto não fosse tudo esclarecido e, até que aquela estrada foi da responsabilidade da Câmara não chegou nenhuma resposta relativa à averiguação preventiva da Polícia Judiciária.

Terminou informando que a questão do aqueduto já deveria estar resolvida pelo que apresenta as suas desculpas e refere que terá de ser intervencionado de novo para que não haja perigo no local.

--- O Sr. Vereador António Louro refere que, relativamente à questão dos pinheiros secos, a situação é preocupante, a Câmara tem tentado vir a acompanhar e o concelho de Mação tem sido monitorizado pelos serviços do ICNF já há bastante tempo na procura da doença do pinheiro. Mais informou que, pelo conhecimento que têm, as manchas de pinheiros secos que existem são provocadas pelo ataque de um parasita

que é comum no pinheiro bravo e que terá aparecido este ano em maior numero devido às condições climáticas pois tivemos um ano particularmente seco.

Relativamente à limpeza das valetas, refere que o concelho é muito grande, a Câmara teve de recorrer à contratação de várias empresas externas e à Associação de Produtores Florestais no sentido de termos a situação que temos neste momento. Relembra que as ruas de Mação e à volta da vila foram limpas três vezes e têm sido limpas várias estradas em todo o concelho, tendo sido feito agora um interregno pois está-se a proceder à apanha da azeitona para o azeite dos Jardins de Mação e assim que terminar irão retomar a limpeza das valetas das estradas que necessitam.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que está de acordo com a proposta apresentada pelo vogal José António Almeida de elaboração de brochura com informação sobre os executivos pós 25 de Abril pois trata-se da história do nosso município o que considera muito importante.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação da proposta de abertura de Procedimento Concursal para o cargo de Direcção Intermédio de 2º Grau.**

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que a Câmara propõe a abertura de procedimento concursal para um Chefe de Divisão na área administrativa e financeira. Informa que o provimento deste lugar se encontra previsto no Mapa de Pessoal da Câmara pois é uma divisão que não está provida deste lugar e existe a necessidade do mesmo nas áreas preferenciais do Direito, da Economia ou da Gestão.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que o Sr. Presidente da Câmara referiu a necessidade desta contratação mas no documento da proposta os considerandos são apenas o facto do lugar estar vago e existir verba para o mesmo e não vem expressa a necessidade de provimento deste lugar, nestas áreas, para ajudar a Câmara com as novas exigências das mesmas. Considera que a proposta deveria trazer

inscrita a necessidade do provimento como justificação para a abertura do procedimento e não somente o facto de haver vaga e verba para o mesmo.

O Sr. Presidente da Câmara refere que o documento da proposta é meramente técnico, lembrando que o Quadro de Pessoal foi aprovado por esta Assembleia há cerca de um ano e no mesmo vinha previsto este lugar e por isso parte-se do pressuposto que nessa altura poderá ter sido esclarecida essa questão.

Colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação da proposta de abertura de Procedimento Concursal para o cargo de Direcção Intermédio de 2º Grau – Composição do Júri.**

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a proposta aprovada por unanimidade em reunião de Câmara de ser a seguinte a composição, para o Júri de Recrutamento:

Presidente do Júri de Recrutamento:

Drª Manuela Castro, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Vogais do referido Júri de Recrutamento:

Dr. Nelson Alves, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Sardoal

Drª Elisabete Silva, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

Dr. Domingos Laranjeira Mendes, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Vila de Rei

Drª Marisa Figueiredo, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Constância

Foi ainda proposto que o candidato a recrutar deve ser licenciado preferencialmente na área do Direito e/ou Economia e Gestão.

Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “Concessão da Exploração do Bar do Cine Teatro de Mação”.**

O Sr. Presidente da Câmara refere que, relativamente a este assunto e ao assunto do ponto 5) da Ordem de Trabalhos, e apesar de algumas alterações introduzidas por via dos contributos dos Srs. Vereadores do Partido Socialista para melhorar os documentos, não foi possível aprovar os mesmos por unanimidade na Câmara. Mais refere que as adjudicações anteriores dos dois espaços não foram processos que tenham corrido muito bem e nesse sentido tentou-se encontrar uma solução que pudesse a todos

tranquilizar para os próximos tempos. Soluções perfeitas não existem e esta proposta foi a que, no entendimento do executivo, melhor tenta defender a Câmara e o município de questões que possam vir a surgir no decurso destas concessões, sendo que existem sempre possibilidades das coisas não correrem da melhor maneira durante o período das concessões.

---O Sr. Vereador Vasco Marques intervém para referir que, relativamente a estes dois procedimentos o que foi feito foi pegar nos procedimentos aprovados pela Câmara e por esta Assembleia anteriormente e manteve-se salvo em duas ou três questões que se verificou que deveriam ser melhoradas, também com os contributos, que foram considerados enquadráveis e mais valias para o documento, dos Srs. Vereadores do Partido Socialista. Mais informou que um dos pontos acrescentados foi a introdução de uma caução para garantir que, em caso de incumprimento a Câmara não será lesada, foi também introduzido um seguro multirriscos em substituição do seguro de acidentes pessoais que constava anteriormente e a introdução da menção ao IVA que não constava no documento anterior. Mais referiu que foi entendido pelos cinco membros da Câmara que poderia haver outras questões que poderiam ser consideradas como por exemplo algum tipo de diferenciação na qualidade de serviço ou propostas inovadoras mas não foi possível transformar para a prática essas ideias, de forma a que o júri conseguisse pontuar as mesmas e daí não terem sido inseridas nos documentos apresentados.

---O vogal António Reis considera que a pontuação atribuída à experiência profissional enquanto empregado ou enquanto empresário é injusta pois bastaria constituir uma empresa e fica-se logo com a pontuação prevista para empresa. Considera que esta proposta apresentada não vai evitar os problemas que se verificaram anteriormente e considera que dever-se-ia tentar encontrar uma outra forma para os valores do aluguer, que diferenciasses os valores do mesmo nas diferentes épocas do ano.

---O vogal João Filipe questiona a Câmara sobre se os contratos anteriores estão resolvidos e considera que não se deveria avançar com novo concurso antes do anterior estar resolvido.

---O vogal António Cardoso Lopes solicita informação sobre se as rendas dos dois concessionários estão em dia. Considera que se estão em dia já deram um indicador do que é uma renda justa para estes espaços. Considera que o que se pretende é que estes espaços funcionem para usufruto das pessoas que lá se deslocam e por isso

considera que talvez fosse adequado fixar um valor mais baixo e depois que houvesse alguma forma de, se fosse possível, cobrar uma percentagem sobre a faturação.

Considera que a caução parece-lhe um ponto positivo, especialmente se as questões das rendas não ficaram resolvidas.

---O Sr. Presidente informou que os contratos estão resolvidos, as chaves entregues e os inventários feitos, havendo ainda litígios relativos a eventuais indemnizações que a Câmara considera ter direito.

---O Sr. Vereador Vasco Marques refere que a experiência profissional do empresário não é dada pela inscrição de empresa nas finanças mas sim pelo tempo que tem efetivamente de trabalho nesta atividade, que deverá constar de um curriculum que deverão apresentar. Quanto aos valores das rendas, a Câmara preferia uma renda equilibrada e a garantia da qualidade do serviço mas o que acontece é que se a Câmara tabelasse a renda, todos os candidatos apresentariam a mesma proposta e ficariam todos empatados e seria necessário haver outros critérios para fazer o desempate, critérios esses que seriam subjetivos e muito difíceis de pontuar pelo júri. Assim, é o valor da renda que tem sido o factor diferenciador e é o que vai acontecer mais uma vez.

---O vogal António Cardoso Lopes considera que as rendas são muito valorizadas neste procedimento, em relação às outras questões e, na sua opinião não deveria ser assim pois o que mais interessa é que os espaços funcionem e com qualidade.

Colocado à votação, o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com sete abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga”.**

Uma vez que este ponto da Ordem de Trabalhos foi discutido em simultâneo com o ponto 4) da mesma, o Sr. Presidente da Mesa colocou o mesmo à votação.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com sete abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**

O Sr. Presidente apresentou a proposta sobre este assunto que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara:

Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Considerando que existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro).

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 04 de dezembro de 2016.

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Colocado à votação, o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2017.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este será o último Orçamento e Plano de Actividades deste mandato. Refere que é ano de eleições e neste ano há sempre a tentação de se dizer que é o ano em que se faz obra e, nesse sentido, e porque sabe que isso se irá verificar, apresentou o seguinte conjunto de intervenções realizadas em todo o concelho nestes três anos de mandato:

- Intervenções em arruamento em 15 povoações do concelho: Azinhalete, Vinha Velha, Vale de Vacas, Venda Nova, Sanguinheira de Envendos, Vale da Gama, Carrascal, São José das Matas, Galega, Feiteira, Casas da Ribeira de Mação, Ribeira de Boas Eiras, Monte Penedo e algumas ruas da Vila de Mação.

- Intervenções em estradas municipais: estrada de Louriceira ao cruzamento da EN 244, estrada Carrascal / Vale da Gama, estrada Aboboreira / Alto do Pereira, estrada Envendos / Avessada, estrada Maxieira / Venda Nova, estrada Amêndoa / Cabo e estrada Amêndoa / limite do concelho com Vila de Rei.

Outras obras com impacto financeiro significativo, algumas em cooperação com as Juntas de Freguesia: Poço Mourão em Amêndoa, recuperação da fonte Velha em Ortiga, depósito de água em Ladeira, Sede das Associações em Mação, recuperação de habitação na Rua Monsenhor Álvares de Moura, melhoramentos em Praias Fluviais, saneamento em Vale de Vacas, ponte em Monte Penedo, Coreto em Penhascoso, apoio à União de Freguesias na recuperação da Unidade de Saúde de Penhascoso, Polidesportivo de Carvoeiro e várias fontes no concelho.

- Investimentos com grande impacto financeiro: aquisição de viatura para limpeza de fossas, aquisição dos pavilhões da AJI, aquisição de autocarro.

Refere que não está em campanha eleitoral mas considera importante que, neste órgão, se faça desde já este resumo, e, nesta altura para amorteceremos desde já aquilo que serão as críticas que irão surgir ao longo do ano.

Mais refere que este documento que hoje é apresentado à apreciação e votação desta Assembleia não é claramente um documento eleitoralista e a prova disso é que o mesmo tem um aumento de verba, relativamente ao ano anterior, no montante de cerca de 19.000,00€, quando o aumento das transferências via Orçamento de Estado é de 203.000,00€.

Informa que este Plano de Actividades vai de encontro àquilo que eram os objetivos e as áreas prioritárias deste executivo para este mandato.

Relativamente às áreas que o executivo tem considerado como estruturantes e mais importantes para a sua acção política desde o início do mandato e que vai manter para o ano de 2017, destaca:

- No Apoio Social e o Apoio às Famílias refere que o executivo irá preparar, durante o ano, a forma de compartilhar os manuais escolares até ao 12º ano uma vez que a participação que era dada até ao quarto ano é agora responsabilidade do Governo e



por isso a Câmara poderá ter margem para o fazer até ao 12º ano e ajudar esta população que frequenta estes anos de ensino. Mencionou ainda a intenção do executivo de construir em Mação, um Centro de Actividades Ocupacionais para jovens deficientes, em colaboração com o CRIA que considera ser um projecto ambicioso, de custo ignificativo, mas que é um projecto estruturante e que poderá ter uma relevância muito grande no concelho de Mação e que deverá ser decidido até fevereiro do próximo ano. Mais referiu que será mantido o forte apoio que tem sido dado às IPSS's e ao Clube Sénior e à Universidade Sénior, para além de todo o apoio que é concedido às famílias mais desfavorecidas.

- Na área da Educação, Conhecimento, Cultura e Cidadania, considera importante realçar o facto de Mação ser uma vila da UNESCO, também o apoio que a Câmara continuará a dar ao Agrupamento de Escolas conforme as necessidades que venham a ser identificadas por esse mesmo Agrupamento, e principalmente no âmbito do ensino profissional. Destaca duas obras importantes na área da Cultura, que estão a dar os seus primeiros passos com a elaboração dos projetos que estão a avançar a bom ritmo e que são a reabilitação do piso inferior do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, a instalação do Núcleo Museológico de Ortiga nas antigas instalações da Escola Primária daquela povoação.

- No apoio às Empresas e Agentes Económicos – Empreendedorismo, destaca a disponibilização dos espaços no Ninho de Empresas no Centro de Empresas, nas instalações que estão a ser recuperadas, que vai dar oportunidade dos novos empresários e agentes económicos terem, a preços muito acessíveis, espaços onde possam iniciar ou retomar a sua actividade. Refere ainda a reformulação do GEMA que está em curso e terá a sua implementação mais efetiva durante o próximo ano para haver uma presença mais efetiva junto dos empresários.

- No que diz respeito à Gestão Territorial, Turismo, Património, Floresta/Agricultura e Produtos Endógenos, Associativismo e Desenvolvimento Rural realça o papel das associações do concelho que, de uma forma ou de outra, nas suas localidades ou deforma mais abrangente, têm ao longo dos anos desenvolvido diversas actividades que têm ajudado a promover o nosso concelho, a chamar pessoas ao nosso concelho e, por isso, deixa o compromisso da Câmara de continuar a apoiar de uma forma muito efetiva as associações. Também haverá uma forte aposta na promoção do concelho com as actividades realizadas pela própria Câmara ou em parceria com as associações. Refere ainda que está a ser alterada a legislação relativamente às ZIF's e nesta matéria o

Governo está a dar passos concretos nessa área e, aquilo que vier a ser a solução final, será algo definitivo para os próximos anos e nesse sentido, será a altura indicada para que o concelho de Mação, especialmente através da Aflomação, possa efetivamente levar a efeito aquilo que este concelho tem vindo a defender ao longo dos últimos anos.

- Na Saúde, Bem-Estar, Desporto e Lazer realça o apoio que será dado ao Centro de Saúde de Mação com a aquisição de uma viatura, e que será disponibilizada para prestar serviço e apoio no nosso concelho, bem como a aquisição de outra viatura com o mesmo objectivo que será adquirida através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Informa o início da construção, em colaboração com a Junta de Freguesia de Envendos, uma zona de lazer e piscina em Envendos. Mais refere que, também em colaboração com a Junta de Freguesia de Cardigos, será realizada a requalificação de um espaço público na sede de freguesia bem como a construção de uma zona de lazer e de um parque infantil.

- No que diz respeito a Infraestruturas e Obras Públicas refere que todas estão já referenciadas, a reabilitação do piso inferior do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, a instalação do Núcleo Museológico de Ortiga, a Requalificação do Acesso Sul a Mação e a conclusão do Ninho de Empresas. Mais refere que temos também o PARU de Mação, que está aprovado e contratualizado e que vai dotar o município com uma verba a rondar os 700.000,00€ de participação comunitária para obras de requalificação na sede do concelho. Estão já elencadas uma série de obras e o que o executivo prevê começar em 2017 será a requalificação do Jardim Municipal, conhecido como “Jardim dos Peixinhos”, a requalificação do Jardim dos Combatentes e se for decidido assim, iniciar as obras do CAO no antigo Quartel dos Bombeiros.

- Em relação à Juventude refere que, durante o próximo ano, o executivo tentará apresentar o Programa de Empreendedorismo Jovem Sub 30, algo mais vocacionado para estimular o empreendedorismo jovem.

- Na Comunicação e proximidade com o Município refere que o executivo vai manter a proximidade e estreita colaboração com todos os municípios do concelho, tendo uma Câmara efetivamente aberta no sentido de termos possibilidades de receber todos os contributos que as nossas populações nos têm feito chegar. Informa que está a ser implementado um novo sistema de gestão que trazer uma mudança importante que poderá e deverá contribuir para que sejamos uma Câmara mais eficaz e mais transparente.

Continua a sua intervenção referindo que o executivo considera que este Plano de Actividades deverá ser bem acolhido pelos membros da Assembleia Municipal, é um documento equilibrado, bem como o Orçamento que o sustenta, exequíveis, sem empolamentos de quaisquer espécie, equitativos em questão de repartição de investimentos por todo o concelho e de acordo com as necessidades que vão sendo sentidas e o executivo considera que a execução deste Plano e deste Orçamento fará com que o concelho seja, no final do ano, um concelho melhor aos mais variados níveis. Em termos orçamentais, é um Orçamento de 11.699.000,00€ que tem uma previsão de receitas perfeitamente exequível. Refere que o mesmo foi calculado de acordo com as regras que estão estabelecidas em termos do POCAL, na despesa e na receita, tendo em conta as médias dos últimos anos. Mais refere que não houve qualquer empolamento naquilo que são as previsões de receita, contando ainda, no entanto, com algumas verbas que ainda temos para receber no âmbito do QREN, do Portugal 2020, e também daquilo que está contratualizado no empréstimo de médio/longo prazo que está aprovado e ainda de um empréstimo de curto prazo que o executivo considera vir a fazer, a exemplo do que foi feito em 2016.

Termina referindo que o executivo perspectiva levar a efeito a esmagadora maioria do que está previsto sem por em causa o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Mação.

---O vogal António Reis iniciou a sua intervenção referindo que a qualidade destes documentos nada têm a ver com os documentos apresentados em anos anteriores, considerando este um documento mais claro e fácil de consultar.

Deixa a sugestão à Câmara para que os funcionários pudessem ter um desconto de 25% nos serviços da Câmara, nomeadamente na água, conforme é prática em algumas empresas.

Refere que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que este não é um Orçamento eleitoralista e os números confirmam isso mesmo mas considera que os timings poderiam ser um pouco diferentes, pois com o início da obra de requalificação da entrada sul a Mação neste momento, poderá não ser eleitoralista mas para lá caminha.

Refere que os Orçamentos mais antigos, apesar de terem menos qualidade na forma tinham inscritos mais metas e objetivos, contrapondo com este que é muito mais subjetivo pois pode ler-se várias vezes no documento intenções como “propomos”, “vamos tentar”, “vamos estimular”. Refere que é muito semelhante aos documentos de 2013, 2014, sempre muito subjetivo e gostaria de ver no mesmo, propostas mais

concretas, mesmo que fosse “sonho” mas apostar em algo concreto. Relativamente ao Gema, solicita informação sobre qual o número de empresas que recorrem anualmente a este serviço. Solicita informação sobre a revisão do PDM.

Relativamente ao Orçamento refere que continua a haver muitas rubricas de “Outros”.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que deve ser sublinhado a coerência cabal entre aquilo que foram os objetivos do mandato e o que foi executado, mostrando claramente que existe um compromisso assumido no início do mandato e que, ao longo destes quatro anos, houve sempre uma grande coerência e estes documentos entram claramente aí.

Felicita a Câmara pela decisão de apoiar com os manuais escolares até ao 12º ano, considerando esta medida estruturante para o concelho.

---O vogal Manuel Dias inicia a sua intervenção referindo que a forma como o Sr. Presidente da Câmara apresentou os documentos dá uma ideia muito clara dos mesmos e só deixa a opção de questionar as opções pois a forma clara como explicou o conteúdo dos documentos demonstra a vontade inequívoca de fazer o que se propõe e agradece essa forma de o fazer.

Relativamente ao Orçamento, refere que o mesmo segue a legalidade e vai manter o equilíbrio financeiro que vem do passado mas este ano mais virado para dar apoio ao investimento, com a criação do Ninho de Empresas, com o desenvolvimento a dar ao Gema. Mais refere que é dado apoio a todas as áreas mas a enveredar pelo caminho de captar investimento e criar riqueza pois sem investir não haverá riqueza para distribuir e é por aqui que se deve começar sempre e, este Orçamento, sem descurar todas as áreas, vai nesse sentido que considera ser o certo e por isso felicita a Câmara.

--- O vogal Manuel Luis Cristovão inicia sua intervenção referindo que é mencionada no documento a nova legislação para a floresta que poderá viabilizar as ZIF's e que a Câmara se propõe apoiar mas na realidade não sabemos para quando será uma realidade a nova legislação e entretanto a plantação de eucaliptos vai crescendo de forma assustadora no nosso concelho. Considera que a Câmara não tem responsabilidade no licenciamento da plantação de eucaliptos e solicita informação sobre se está correto. Refere que a plantação de eucaliptos deveria ser travada ou pelo menos condicionada pois corremos o risco de desaparecerem os pinheiros e isso é um problema.

Refere que foi com satisfação que teve conhecimento da construção de uma área de lazer e piscina em Envendos mas considera que a construção da piscina se justifica se

prevê uma utilização que justifique o investimento e considera que já haja cálculos sobre custos e financiamento previsto ou garantido pois uma piscina traz custos e considera que seria melhor acabar as obras em curso, nomeadamente o pavilhão de Envendos e o pavilhão de São José das Matas.

---O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao apoio social aos trabalhadores da Câmara nada está previsto para o próximo ano e é algo que ficará para o futuro e para um novo executivo e nova Assembleia Municipal decidir.

Relativamente aos timings da obra que referiu, informa que não está nada contente com o timing da mesma pois vai decorrer no inverno, vai incomodar a população e de certeza que não vai acrescentar nada em termos de votos, mas o que aconteceu foi que atrasou por causa do projecto e do visto do Tribunal de Contas.

Em relação ao Gema, informa que este serviço tem passado por um período de menor atividade, também fruto daquilo que tem sido o Quadro Comunitário de Apoio deste período em que não havia muitas candidaturas mas muitas empresas já ali recorreram para fazerem as suas candidaturas. Considera que é um serviço que tem cada vez mais importância no concelho de Mação até e nomeadamente para ajudar a divulgar e promover o Ninho de Empresas para que os nossos empresários ali possam ter instalações em melhores condições.

No que diz respeito à revisão do PDM, informa que estamos perante um processo que não correu bem pois a empresa foi protelando a entrega do documento, a legislação mudou e mudámos de CCDR, os prazos estão todos ultrapassados e vamos iniciar seguramente um novo processo de revisão do PDM com outra empresa e aproveitando o que puder ser aproveitado do trabalho já feito.

Relativamente à piscina dos Envendos, informa que tem a ver com uma sugestão da Junta de Freguesia para se fazer aquela piscina que as pessoas do Envendos reclamavam e que a população daquela freguesia justifica a construção daquela infraestrutura e a Câmara ponderou e considerou ser possível fazer. Mais informou que a mesma vai ser feita em colaboração com a Junta de Freguesia que tem uma verba a rondar os 40.000,00 € para esse efeito e o que está orçamentado para aquela obra que já tem projeto são 128.000,00€ e a sua localização ainda não está decidida.

Em relação à intervenção do vogal Manuel Dias, refere que existe realmente uma tentativa de focalização cada vez maior na área empresarial, naquilo que são os nossos recursos e na possibilidade de valorização do nosso património e das nossas

potencialidades pois percebemos que só assim é que efetivamente será possível fazer alguma fixação de pessoas através da criação de postos de trabalho e por isso vamos fazer tudo o que pudermos em termos legais e financeiros para que as empresas e os empresários tenham aqui as melhores condições para se instalarem.

---O Sr. Vereador António Louro informou que a Câmara está muito preocupada com a questão dos eucaliptos mas infelizmente os instrumentos da Câmara são nulos e, apesar de sermos constantemente solicitados por parte do ICNF para emissão de parecer, os pareceres da Câmara não são vinculativos e por isso não são respeitados e não podemos fazer nada.

Mais informou uma das novidades da legislação que está em discussão pública é o reforço das competências municipais e grande parte da municipalização que essa reforma prevê é resultado do grande empenho que a Câmara de Mação põe nestas questões e com reconhecimento por parte do Governo da importância deste papel num território onde sobram tão poucas forças.

Colocado à votação, o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com sete abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2017.**

Presente proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano 2017, que fica anexa aos documentos da presente reunião.

O Sr. Presidente da Câmara refere que o Mapa de Pessoal proposto para 2017 não tem alterações relativamente ao aprovado para 2016, estando previsto o lugar de Chefe de Divisão para o qual foi aprovada a abertura do processo concursal. Mais informou que, relativamente aos dois lugares de Assistente Operacional, está a decorrer o processo concursal para ambos.

Colocado à votação, o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de autorização da realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “Adaptação de Edifícios Industriais Existentes a**

**Ninho de Empresas / Centro de Negócios de Mação”, Proc. 2349/2016 do Tribunal de Contas.**

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para a realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “Adaptação de Edifícios Industriais Existentes a Ninho de Empresas/ Centro de Negócios de Mação”, Proc. 2349/2016 do Tribunal de Contas.

Colocado à votação, o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação de autorização da realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “Requalificação do Acesso Sul a Mação”, Proc. 2229/2016 do Tribunal de Contas.**

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para a realização da despesa, nos anos de execução, da empreitada “ Requalificação do Acesso Sul a Mação”, Proc. 2229/2016 do Tribunal de Contas.

Colocado à votação, o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.